



**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**Ata da Não Realização da Audiência Pública de Apresentação dos
Relatórios de Execução Orçamentária do Fundo Municipal de Saúde - FMS
do Primeiro Quadrimestre de 2019 - 28-8-2019**

Em 28 de agosto de 2019, às 9 horas, no Plenário Léo Franklin, sob a coordenação da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, a Câmara Municipal de Imperatriz esteve reunida para Audiência Pública de Apresentação do Relatório de Execução Orçamentária do Primeiro Quadrimestre de 2019 do Fundo Municipal de Saúde - FMS de Imperatriz. Ao abrir os trabalhos, o presidente dessa Comissão, José Arimatheia Pereira de Castro, solicitou à vereadora Maria de Fátima Lima Avelino que procedesse à leitura do *Salmo 10 da Bíblia Sagrada*. A seguir, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, José Arimatheia Pereira de Castro, declarou que o evento fora agendado com fundamento nos artigos 165 e 166 da Constituição Federal, no Decreto Federal nº 201/1967, nos artigos 56, 57 e 58 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), nos artigos 36 e 37 da Lei Complementar Federal nº 141/2000, na Lei Estadual nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão), no parágrafo 5º do artigo 102 e os artigos 106 e 107 da Lei Orgânica do Município de Imperatriz e nos incisos IX e XI do artigo 76 e no inciso VI do artigo 77 do Regimento Interno da Câmara Municipal. Nesta ocasião, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, José Arimatheia Pereira de Castro, comunicou que, por meio do Ofício nº 136/2019, do dia anterior, 27 de agosto, o secretário municipal de Saúde, Alair Batista Firmiano, informava que, em virtude da substituição da ferramenta eletrônica do Ministério da Saúde SARGSUS [Sistema de Apoio à Elaboração do Relatório de Gestão] pela plataforma DigiSUS [Estratégia de Saúde Digital no Brasil], não fora possível a avaliação e homologação pelo Conselho Municipal de Saúde - CMS do Relatório a ser apresentado, razão pela qual solicitava o agendamento de nova data para o cumprimento desse requisito legal. Logo depois, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, José Arimatheia Pereira de Castro, repassou a palavra à assessora de planejamento da Secretaria Municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, que acrescentou que o CMS se reuniria no dia 3 vindouro para proceder à avaliação e homologação do Relatório de Execução Orçamentária do Primeiro Quadrimestre de 2019 do FMS, de modo que então seria possível a realização da audiência pública. Ao retomar a palavra, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, José Arimatheia Pereira de Castro, questionou por que esse Relatório ainda não havia sido homologado se dizia respeito ao primeiro quadrimestre, ao que a assessora de planejamento da Semus, Doralina Marques de Almeida, respondeu que somente em dia 13 passado essa pasta tivera acesso à nova plataforma digital do Ministério da Saúde. Ao se manifestar, o vereador Ricardo Seidel Guimarães também indagou por que o referido Relatório não havia sido entregue até o encerramento do prazo legal, 31 de maio. Ao voltar a se manifestar, a assessora de planejamento da Semus, Doralina Marques de Almeida, reafirmou que a nova plataforma digital do Ministério da Saúde (DigiSUS) somente fora disponibilizada em



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

agosto e explicou que a apreciação do Relatório de Execução Orçamentária do FMS pelo CMS se condicionava a análise efetuada por essa plataforma. Na sequência, o vereador Carlos Hermes Ferreira da Cruz propôs que a Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social agendasse nova data para a realização da audiência pública, ao que o presidente desta, José Arimatheia Pereira de Castro, comunicou que consultaria a presidência da Câmara Municipal para verificar disponibilidade de data na agenda da Casa. Instantes depois, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, José Arimatheia Pereira de Castro, sugeriu à assessora de planejamento da Semus, Doralina Marques de Almeida, que essa pasta apresentasse seus programas de ação à Comissão que presidia para que esta pudesse colaborar com a execução desses programas. Como nada mais houvesse a tratar, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, José Arimatheia Pereira de Castro, deu por encerrada a Audiência Pública e Tasso Assunção, secretário *ad hoc*, lavrou a presente ata, que vai assinada pelos membros dessa Comissão. Plenário Léo Franklin, da Câmara Municipal de Imperatriz, Estado do Maranhão, em 28 de agosto de 2019.

José Arimatheia Pereira de Castro
Presidente

Adhemar Alves de Freitas Júnior
Primeiro vice-presidente

Carlos Hermes Ferreira da Cruz
Segundo vice-presidente

Adelino Oliveira Guimarães
Primeiro-secretário

Antonio Silva Pimentel
Segundo-secretário

Amauri Alberto Pereira de Sousa
Suplente

Zesiel Ribeiro da Silva
Suplente



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

**Ata da Não Realização da Audiência Pública de Apresentação dos
Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária
do Fundo Municipal de Saúde - FMS
do Segundo Quadrimestre de 2019 - 29-1-2020**

Em 29 de janeiro de 2020, às 9 horas, no Plenário Léo Franklin, sob a coordenação da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, a Câmara Municipal de Imperatriz esteve reunida para Audiência Pública de Apresentação dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária do Segundo Quadrimestre de 2020 do Fundo Municipal de Saúde - FMS de Imperatriz. Ao abrir os trabalhos, o presidente dessa Comissão, José Arimatheia Pereira de Castro, solicitou ao vereador Zesiel Ribeiro da Silva, que procedesse à leitura do *Salmo 75 da Bíblia Sagrada*. A seguir, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, José Arimatheia Pereira de Castro, declarou aberta a Audiência Pública de Apresentação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária da Saúde Pública Municipal de Imperatriz no Segundo Quadrimestre de 2019. Nesta ocasião, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, José Arimatheia Pereira de Castro, repassou a palavra ao primeiro-secretário dessa Comissão, Adelino Oliveira Guimarães, que procedeu à leitura do fato gerador da Audiência Pública, que era o Ofício nº 09/2020-GAB-SEMUS, de 16 de janeiro passado, do secretário municipal de Saúde, Ely Samuel dos Santos Silva, o qual trazia (anexa) Resolução CMS 01/2020, de 16 de janeiro, da segunda secretária do Conselho Municipal de Saúde, Rosemar Melo Teles, que aprovava os relatórios resumidos a ser apresentados. Ato contínuo, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, José Arimatheia Pereira de Castro, solicitou ao primeiro-secretário, Adelino Oliveira Guimarães, que procedesse à leitura da relação dos diplomas e dispositivos legais que fundamentavam a Audiência Pública: artigos 165 e 166 da Constituição Federal, Decreto Federal nº 201/1967, artigos 56, 57 e 58 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), artigos 36 e 37 da Lei Complementar Federal nº 141/2000, Lei Estadual nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão), parágrafo 5º do artigo 102, artigos 106 e 107 da Lei Orgânica do Município de Imperatriz e incisos IX e XI do artigo 76 e inciso II do artigo 77 do Regimento Interno da Câmara Municipal. Neste ínterim, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, José Arimatheia Pereira de Castro, comentou que, desde seis meses atrás, oficiara por três vezes ao secretário municipal de Saúde, Alair Batista Firmiano, para solicitar o extrato da conta MAC [Média e Alta Complexidade], mas não obtivera resposta. Na sequência, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, José Arimatheia Pereira de Castro, repassou a palavra ao secretário municipal de Saúde, Ely Samuel dos Santos Silva, que, com o auxílio da projeção de dados por *data-show*, apresentou, classificadas por fontes e categorias, as receitas do financiamento da saúde provenientes da União, do Sistema Único de Saúde - SUS, do Estado e do Município, assim como comparativo dessas receitas com as receitas auferidas no mesmo período do ano anterior, a propósito do que frisou incremento de



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

receita de treze por cento, após o que apresentou as despesas (empenhadas e liquidadas) correntes (pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes) e de capital (investimentos) nas várias áreas da assistência à saúde pública. Logo depois, o secretário municipal de Saúde, Ely Samuel dos Santos Silva, relatou a realização de auditorias em diversas unidades básicas de saúde, assim como a realização de ações e eventos, tais como cursos e palestras, de capacitação, durante o segundo quadrimestre, após o que relatou minucioso balanço dos quantitativos referentes aos programas de saúde e aos procedimentos diagnósticos e terapêuticos, clínicos e cirúrgicos, por especialidades, realizados no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde - Semus, no segundo quadrimestre do ano, incluindo-se os procedimentos executados sob regulação, auditoria e controle, na atenção básica, na assistência hospitalar e ambulatorial, no suporte profilático e terapêutico, interno e comunitário, na vigilância sanitária, na vigilância epidemiológica e na alimentação e nutrição, além de subfunções, ocasião em que observou que, em virtude da demanda externa sob regulação, os números gerais dos procedimentos realizados em muito ultrapassavam o número de habitantes de Imperatriz. Por fim, o secretário municipal de Saúde, Ely Samuel dos Santos Silva, concluiu que todas as ações e resultados apresentados resultavam de trabalho realizado com amor e dedicação ao que se fazia na pasta que comandava. Instantes depois, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, José Arimatheia Pereira de Castro, abriu inscrições aos edis que pretendessem expor colocações e questionamentos, momento em que se inscreveram os vereadores: Adelino Oliveira Guimarães, Fabio Hernandez de Oliveira Sousa, Manoel Conceição de Almeida e Adhemar Alves de Freitas Júnior. Ao se manifestar, o edil Adelino Oliveira Guimarães, lembrou que a prestação de contas então apresentada deveria ter sido efetivada em setembro, de forma que se dera com bastante atraso, após o que perguntou quantas clínicas oftalmológicas prestavam serviço à Prefeitura. Ao retomar a palavra, o secretário municipal de Saúde, Ely Samuel dos Santos Silva, explicou que, quanto ao prazo, a prestação de contas haviam sido enviada à Câmara no prazo legal, de modo que o atraso na apresentação se devera a fatores extemporâneos. Em relação às clínicas oftalmológicas que prestavam serviço à Prefeitura, o secretário municipal de Saúde, Ely Samuel dos Santos Silva, respondeu que apenas uma clínica era conveniada ao Município. Ao se manifestar, o vereador Manoel Conceição de Almeida lembrou que o secretário municipal de Saúde, Ely Samuel dos Santos Silva, havia afirmado que os edis eram colaboradores da saúde pública municipal, mas a administração municipal não lhes permitia que de fato colaborassem. A voltar a se pronunciar, o secretário municipal de Saúde, Ely Samuel dos Santos Silva, declarou que, embora houvesse sido feita restrição a visita de edis ao Hospital Municipal de Imperatriz - HMI, em virtude do regimento interno, vereadores haviam sido recebidos nessa unidade de saúde, após o que afirmou que o Portal da Transparência registrava suficientemente a aplicação dos recursos públicos, a propósito do que acrescentou que vinha melhorando a qualidade do funcionamento do sistema de saúde pública municipal, assim como vinham sendo elevado o número de procedimentos realizados. Ao retomar a



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

palavra, o edil Manoel Conceição de Almeida afirmou que persistia atrasos em pagamentos devidos pela Semus a clínicas, laboratórios e médicos e indagou se a verba de quarenta e três milhões de reais alocada no ano anterior pelo Ministério da Saúde não havia sido suficiente para a efetuação desses pagamentos. A esse respeito, o secretário municipal de Saúde, Ely Samuel dos Santos Silva, declarou que, apesar do *deficit* mensal na saúde pública municipal, muito vinha sendo realizado, momento em que afirmou que a mencionada verba fora devidamente aplicada nos pagamentos devidos por essa pasta, a propósito do que observou que o orçamento de 2019 da saúde municipal era equivalente ao de 2018. Em nova intervenção, o vereador Manoel Conceição de Almeida reclamou da persistência de débitos e deficiências primárias na área da saúde pública municipal, momento em que exigiu a apresentação de dados específicos sobre a aplicação do recurso referido, ocasião em que afirmou que havia algo de errado na gestão da pasta da saúde que deveria ser investigado. Logo depois, o edil Adhemar Alves de Freitas Júnior comentou que a alegação do secretário municipal de Saúde, Ely Samuel dos Santos Silva, de que não era impositivo o requisito da prestação de contas no prazo legal estabelecido indicava má vontade dessa pasta nesse sentido, o que implicava desrespeito ao povo. Logo depois, o edil Adhemar Alves de Freitas Júnior observou que, apesar da elevação da receita na pasta da saúde pública municipal, no mês de julho passado, quando o Ministério da Saúde alocara os quarenta e três milhões de reais mencionados, os serviços prestados haviam permanecido na média dos anos anteriores, após o que perguntou qual seria a situação atual do gasto dessa verba, a propósito do que reclamou da omissão dessa pasta quanto a solicitações de informações da Câmara Municipal. Nesta ocasião, o vereador Adhemar Alves de Freitas Júnior renunciou ao cargo de vice-presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, momento em que solicitou ao presidente dessa Comissão, José Arimatheia Pereira de Castro, que solicitasse à pasta da Saúde as notas fiscais relativas à aquisição de medicamentos. Instantes depois, o edil Adhemar Alves de Freitas Júnior indagou quantas cirurgias eletivas eram realizadas por mês em Imperatriz e qual havia sido o custo da reforma da fachada do HMI. Nesta ocasião, o secretário municipal de Saúde, Ely Samuel dos Santos Silva, declarou que de maneira nenhuma a Semus se recusaria a fazer a prestação de contas devida, após o que explicou que essa pasta tinha débitos anteriores, de modo que o orçamento de 2019 resultara equivalente ao de 2018, além do que a alta demanda de assistência médica que ocorria ao Município impedira que algo de extraordinária houvesse sido realizado com o referido recurso alocado pelo Ministério da Saúde. Nesta oportunidade, o secretário municipal de Saúde, Ely Samuel dos Santos Silva, afirmou que, apesar das dificuldades, o HMI executava considerável número de procedimentos médicos. Ao fazer uso da palavra, a assessora de planejamento da Secretaria Municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, explicou que as cirurgias eletivas eram realizadas em nível estadual, pelo Hospital Macrorregional Dr^o Ruth Noleto, cabendo ao Município a assistência básica, que contava com financiamento de apenas trinta por cento do Governo Federal, de maneira que a Prefeitura precisava arcar com altos custos de



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

serviços médicos. Nessa perspectiva, a assessora de planejamento da Secretaria Municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, reclamou de atraso no repasse de verbas devida ao Município pelo governo estadual, após o que afirmou que, apesar das deficiências, registrara-se melhoria na assistência médica prestada em Imperatriz. Ao voltar a se manifestar, o secretário municipal de Saúde, Ely Samuel dos Santos Silva, declarou que, em relação ao custo da reforma da fachada do “Socorrão” [HMI], não dispunha desse dado no momento e o enviaria posteriormente. Em nova intervenção, o edil Adhemar Alves de Freitas Júnior enfatizou que o valor de obras públicas deveria ser exposto, após o que lamentou que, embora recebesse maior volume de recursos, a atual gestão prestasse números de procedimentos inferiores aos do governo anterior, a propósito do que admitiu que não seria possível oferecer serviços de saúde pública de excelência com os recursos então disponíveis, mas, por isso mesmo, a aplicação de todas as verbas disponíveis deveria ser maximizada. Ao retomar a palavra, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, José Arimatheia Pereira de Castro, solicitou ao secretário municipal de Saúde, Ely Samuel dos Santos Silva, que recomendasse à direção do HMI que não barrasse o acesso de vereadores a essa unidade de saúde, após o que solicitou que fosse revista elevação do valor da taxa de apreensão de animais pela divisão de zoonoses da Semus. Nesta ocasião, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, José Arimatheia Pereira de Castro, afirmou que somente certificaria a validade da audiência pública após receber esclarecimento da razão pela qual fora a segunda secretária do Conselho Municipal de Saúde, Rosemar Melo Teles, a assinar a Resolução [CMS 01/2020] que aprovara os relatórios resumidos apresentados. Logo depois, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, José Arimatheia Pereira de Castro, lastimou a situação de precariedade a que eram relegados pacientes do HMI, a propósito do que reclamou do desperdício de recurso público implicado na manutenção de equipamento fora de uso por defeito nessa unidade de saúde. Em seguida, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, José Arimatheia Pereira de Castro, considerou inadmissível a demora, de até noventa dias, em internações, assim como a longa espera por cirurgias de pacientes internados no HMI, a propósito do que apontou a necessidade de racionalização de procedimentos adotados nessa unidade de saúde. Nesta oportunidade, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, José Arimatheia Pereira de Castro, julgou vergonhoso que, embora o titular da pasta da Saúde até recentemente, Alair Batista Firmiano, fosse urologista, houvesse considerável número de munícipes na injunção de usar bolsa coletora de urina, o que os submetia a grande constrangimento, de forma que era preciso priorizar a solução dessa problemática. Em seguida, o vereador Aurélio Gomes da Silva comentou que, mais uma vez, a máquina de raio-X da UPA [Unidade de Pronto Atendimento] se encontrava com defeito, a propósito do que sugeriu que, a persistir essa situação, os edis se cotizassem para adquirir máquina nova para o Município, após o que lamentou a suspensão de cirurgias no Hospital Municipal Infantil. Instantes depois, o secretário municipal de Saúde, Ely Samuel dos Santos



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

anterior, no que foi seguido pelo presidente da Audiência Pública, José Arimatheia Pereira de Castro, momento em que a secretária municipal de Saúde, Mariana Jales de Souza, declarou que os montantes registrados no relatório representavam previsão de receita. Nesta ocasião, o edil Ricardo Seidel Guimarães indagou por que a apresentação do relatório da Semus se dera fora do prazo regulamentar, ao que a secretária municipal de Saúde, Mariana Jales de Souza, respondeu que o atraso se deveria à pandemia de covid-19. Logo depois, o edil Ricardo Seidel Guimarães perguntou em que situação se encontrava a prestação dos serviços de oftalmologia, levando em conta que se encontravam em atraso, desde sete meses, os pagamentos a profissionais e fornecedores dessa área. Ao voltar a fazer uso da palavra, a secretária municipal de Saúde, Mariana Jales de Souza, respondeu que os serviços eletivos estavam suspensos, mas continuavam a ser prestados os serviços de urgência, inclusive os da área da oftalmologia, e acrescentou que a Prefeitura vinha trabalhando pela plena regularização dessa área, a propósito do que informou que havia a previsão de reinício em julho da realização das cirurgias eletivas. Logo depois, o vereador Zesiel Ribeiro da Silva lembrou que a Prefeitura suspendera, em 20 de março, a prestação dos atendimentos eletivos, o que implicava sérias consequências, inclusive a elevação do índice de suicídios, e indagou qual era a previsão da regularização desses serviços, ao que a secretária municipal de Saúde, Mariana Jales de Souza, explicou que essa pasta vinha planejando a retomada desses serviços, em conformidade com cronograma do Ministério da Saúde, provavelmente em julho, dos serviços eletivos. Nesta ocasião, a secretária municipal de Saúde, Mariana Jales de Souza, acrescentou que, paralelamente à pandemia, outras atividades vinham sendo realizadas. Nesta oportunidade, o vereador João Francisco Silva cumprimentou a secretária municipal de Saúde, Mariana Jales de Souza, pela competência e a desenvoltura com que se desempenhava no cumprimento de suas atribuições. Ao se pronunciar, o edil Carlos Hermes Ferreira da Cruz comentou que o governo municipal se utilizava da estratégia de diluir a verba extraordinária alocada pelo Ministério da Saúde para a Semus no ano anterior, de forma que competiria à CPI [Comissão Especial de Inquérito] investigar a efetiva aplicação desse recurso. Instantes depois, o vereador Carlos Hermes Ferreira da Cruz perguntou qual era a real situação da realização de exames médicos, ao que a secretária municipal de Saúde, Mariana Jales de Souza, respondeu que os exames vinham sendo realizados no Hospital Municipal de Imperatriz - HMI, na UPA [Unidade de Pronto Atendimento] e nas unidades básicas de saúde. A seguir, o vereador Carlos Hermes Ferreira da Cruz também indagou de que maneira os agentes comunitários estavam distribuídos e se estes já eram em número suficiente para atender à demanda, ao que a secretária municipal de Saúde, Mariana Jales de Souza, respondeu que as equipes de atendimento das UBSs se encontravam



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

completas e haviam prestando assistência em horário ampliado em função da pandemia em curso. Ao se manifestar, a vereadora Maria de Fátima Lima Avelino parabenizou a secretária municipal de Saúde, Mariana Jales de Souza, pela dedicação com que vinha exercendo o cargo e cumprindo suas atribuições. A seguir, o edil Paulo Roberto Cardoso da Silva cumprimentou o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, José Arimatheia Pereira de Castro, pelo diferenciado exercício do cargo, assim como a secretária municipal de Saúde, Mariana Jales de Souza, pela excelência da atuação ao assumir o cargo durante o transcurso de pandemia. Em seguida, o edil Paulo Roberto Cardoso da Silva indagou à secretária municipal de Saúde, Mariana Jales de Souza, qual havia sido a contribuição do governo estadual na instalação de hospital de campanha no Município, ao que a titular da pasta da Saúde respondeu que essa iniciativa fora de total responsabilidade da Prefeitura de Imperatriz, que fora a primeira a instalar hospital de campanha no Maranhão, o qual atendia a toda a região. Em nova intervenção, o vereador Carlos Hermes Ferreira da Cruz declarou que o Governo do Estado mantinha na cidade cinquenta leitos de UTI [Unidade de Terapia Intensiva] no atendimento de pacientes acometidos de covid-19, bem como prestava assistência decisiva ao funcionamento das duas UPAs do Município, sem o que a Prefeitura haveria deparado sérias dificuldades. Ao fazer uso da palavra, o vereador Manoel Conceição de Almeida disse estranhar que o colega aliado do governo municipal questionasse a contribuição do governo estadual à instalação de hospital de campanha com dez leitos de UTI, mas não se lembrasse da participação deste na instalação de hospital de campanha que funcionara até recentemente no Centro de Convenções. A seguir, o edil Manoel Conceição de Almeida comentou que, apesar da verba de quase quarenta e três milhões alocada para o Município pelo Ministério da Saúde no ano passado, persistam graves deficiências no sistema de saúde pública municipal, incluindo-se atraso no pagamento de serviços de oftalmologia, a propósito do que questionou as razões dessa realidade. Ao voltar a fazer uso da palavra, a secretária municipal de Saúde, Mariana Jales de Souza, respondeu que a mencionada verba fora aplicada no pagamento de uma série de despesas da pasta da saúde para com empresas fornecedoras e prestadoras de serviços. A seguir, o vereador Manoel Conceição de Almeida questionou à secretária municipal de Saúde, Mariana Jales de Souza, se poderia citar duas dessas empresas e os valores que lhes haviam sido pagos, ao que esta respondeu que no momento não dispunha de valores a citar. Instantes depois, o edil Manoel Conceição de Almeida lamentou que, a despeito da verba extraordinária de quarenta e três milhões recebida em meados do ano anterior, encontrasse-se em situação caótica o sistema de saúde pública municipal. Ao retomar a palavra, o presidente da Audiência Pública, José Arimatheia Pereira de Castro, declarou que os vereadores poderiam requerer à Semus o detalhamento dos serviços constantes



PODER LEGISLATIVO

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

do relatório apresentado, assim como poderiam verificar a efetiva contratação do serviço ao usuário final. Nesta oportunidade, o presidente da Audiência Pública, José Arimatheia Pereira de Castro, perguntou à secretária municipal de Saúde, Mariana Jales de Souza, qual procedimentos vinham sendo adotados para evitar que os próprios servidores levassem contaminação de covid-19 para o HMI, ao que este respondeu que haviam sido realizadas várias capacitações nesse sentido dos profissionais de saúde, que eram submetidos a frequente testagem, bem como haviam sido munidos de equipamentos de proteção individual. A esse respeito, o presidente da Audiência Pública, José Arimatheia Pereira de Castro, apontou a necessidade de reforço dos referidos procedimentos, visto que médica havia reclamado de insuficiência nessa área, além do fato de que vários profissionais de saúde já haverem perdido a vida por consequência da pandemia, incluindo-se quatro médicos. Logo depois, o presidente da Audiência Pública, José Arimatheia Pereira de Castro, contou que, ao acompanhar paciente ao HMI, este fora diagnosticado com temperatura acima da média, por meio de termômetro digital, ocasião em que fora encaminhado ao Hospital Macrorregional Dr^a Ruth Noleto, onde fora diagnosticado com temperatura regular, por meio de termômetro analógico, a propósito do que apontou a necessidade de revisão do sistema de triagem aplicado no HMI. A seguir, o presidente da Audiência Pública, José Arimatheia Pereira de Castro, perguntou quais procedimentos vinham sendo adotados nos postos de saúde destinados ao atendimento de pacientes com suspeita de haverem contraído covid-19, ao que a secretária municipal de Saúde, Mariana Jales de Souza, explanou os procedimentos que vinham sendo adotados em relação aos pacientes com sintomas leves dessa enfermidade e lembrou que casos mais graves deveriam ser encaminhados às UPAs, ao Hospital Macrorregional Dr^a Ruth Noleto ou ao Hospital de Campanha. Instantes depois, a Hospital Macrorregional Dr^a Ruth Noleto contou que a Prefeitura havia colaborado também com a instalação, no Centro de Convenções, por meio de parceria entre instituições privadas e o Governo do Estado, de hospital de campanha que atendera a pacientes com sintomas leves por curto período. Ao retomar a palavra, o presidente da Audiência Pública, José Arimatheia Pereira de Castro, comentou que deveria ser observada a incoerência no registro de pacientes recuperados da covid-19 sem que tivessem sido incluídos entre os pacientes diagnosticados com essa enfermidade, de modo que vinha se verificando excesso índice de recuperados no Município. Em seguida, o presidente da Audiência Pública, José Arimatheia Pereira de Castro, considerou necessária a conscientização de carroceiros sobre os riscos representados por animais soltos na cidade, mas julgou excessivo novo valor de multa aplicado a esses trabalhadores, sem a aprovação da Câmara Municipal, a propósito do que afirmou que, caso essa irregularidade não fosse sanada, o Poder Legislativo promulgaria decreto de revogação da medida adotada pela Prefeitura.



**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

Instantes depois, o presidente da Audiência Pública, José Arimatheia Pereira de Castro, indagou à secretária municipal de Saúde, Mariana Jales de Souza, se a gestão municipal providenciaria a quitação dos débitos contraídos, para que não restassem dívidas para a próxima administração, ao que este respondeu eu, em observância à Lei de Responsabilidade Fiscal, a Prefeitura providenciaria a quitação dos débitos. Ao voltar a fazer uso da palavra, o edil Aurélio Gomes da Silva se disse preocupado com a falta de álcool gel no HMI, bem como não se realizava a aferição de temperatura de visitantes, o que representava risco aos pacientes internados, de maneira que se fazia necessária a adoção de medidas reparadoras dessa deficiência. A esse respeito, o presidente da Audiência Pública, José Arimatheia Pereira de Castro, apontou a necessidade de testagem geral de todos os servidores e visitantes do HMI para que se minimizasse o risco de contágio, ao que a secretária municipal de Saúde, Mariana Jales de Souza, declarou que providenciaria a tomada das providências necessárias. Nesta ocasião, o vereador Pedro Ferreira Gomes advertiu que a falta dos cuidados básicos necessários à prevenção da covid-19 no próprio HMI constituía péssimo exemplo ao cidadão dos bairros periféricos, razão pela qual os gestores públicos e líderes políticos deveriam se empenhar pela adoção de todos os critérios preventivos recomendados. Por fim, a secretária municipal de Saúde, Mariana Jales de Souza, agradeceu aos vereadores pelos questionamentos, críticas e recomendações formuladas e cumprimentou o presidente da Audiência Pública, José Arimatheia Pereira de Castro, pela competência no desempenho do cargo.

José Arimatheia Pereira de Castro
Presidente

Carlos Hermes Ferreira da Cruz
Primeiro vice-presidente

Adelino Oliveira Guimarães
Segundo vice-presidente

Antonio Silva Pimentel
Primeiro-secretário

Aurélio Gomes da Silva
Segundo-secretário

Manoel Conceição de Almeida
Suplente



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ